

Conferência Internacional
Educação Básica – Educação
e Currículo

Sessão de debates: Currículo para
democratização do conhecimento

XXXX
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Conselho Nacional de Educação
Junho - 2013

- curso de vida que cada um empreende, ou é obrigado a empreender, dentro dos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis – da educação infantil à educação superior. Currículo é, pois, movimento que expõe, explicita, comunica conhecimentos e, com eles, visões de mundo, projetos de sociedade, hierarquias nas relações entre as pessoas, por exemplo entre homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres, jovens e velhos. Os programas e planos de ensino são como mapas que orientam, aberta ou veladamente, esses percursos.

Currículo é

- são fundadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas de uma realidade e veiculam um projeto de sociedade.
- Assim, diretrizes curriculares são orientações para conceção de um projeto de sociedade.
- Por exemplo, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana* (Parecer CNE/CP 3/2004, Resolução CNE/CP 1/2004) propõem projeto de sociedade antirracista.

Políticas Curriculares

- Ao executar orientações, proposições curriculares, pretendemos, professores, introduzir conhecimentos, e, ao fazê-lo, em processos de ensinar e de aprender, propiciamos que se constituam, reforcem, sejam avaliadas relações entre distintos grupos sociais, diferentes grupos étnico-raciais. Nessas relações estudantes e professores se educam.

- *En educación circulan conocimientos diversos – creencias, supersticiones, conocimientos de sentido común, saberes de distintas profesiones – sustentados por alumnos, padres, docentes, o presentes en el contexto sociocultural; y contenidos prescriptos, no solo científicos – lós artísticos, por ejemplo – y todos ellos pueden ser objeto de trabajo y elaboración pedagógicos y incorporados al currículum real; pero no sucede el mismo con el currículum prescripto*.*

**Hillert, Flora M. Políticas curriculares; sujetos sociales y conocimiento escolar em lós viavenes de lo público y lo privado. Buenos Aires: Colihue, 2011. p.85.*

Flora M. Hillert, chama a atenção:

- Os currículos, enquanto cursos de vida vivido em cada nível de ensino, não só divulgam informações, incentivam raciocínios, ajudam a praticar habilidades, constroem discursos, gestos, julgamentos, posturas, como também propiciam controvérsias, nem sempre explicitadas e gestos de não submissão, na maior parte das vezes camuflados*.

* Ver, entre outros, Enguita, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

- As relações pedagógicas, sustentadas por princípios da meritocracia, apesar dos cada vez mais frequentes discursos de valorização da diversidade da população, da peculiaridade cultural e da história de distintos grupos étnico-raciais ainda são relações de submissão, de tentativas de aculturação dos grupos populares a formas de pensar, de conduzir a vida adotados pelos grupos que têm mantido, por cinco séculos, o poder de governar a sociedade.

- Ensinos, nos diferentes níveis de escolarização, muitas vezes tentam reduzir aprendizagens dos alunos a pontos de vista dos seus professores ou dos autores que esses propõem para estudo.
- A docência muitas vezes tem sido uma atividade normativa que visa controlar conhecimentos e comportamentos.

- A educação em sociedades multiculturais, sublinha Wayne Au*, tem de estar alicerçada na vida dos estudantes. Assim o currículo não só provê ensinamentos e aprendizagens alicerçadas tanto em diversidade de pontos de vista, como em reconhecimento e valorização identidades e experiências de todos os estudantes e também de seus professores.

AU, Wayne. Decolonizing the classroom; lessons on multicultural education. In: _____. *Rethinking multicultural education; teaching for racial and cultural education*. Wisconsin, Rethinking Schools Publication, 2009.

- Dessa forma, propostas curriculares podem fortalecer a integridade da história e cultura dos distintos grupos sociais, étnico-raciais que constituem uma nação*.

- * Ver necessariamente **Parecer CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP nº 1/2004** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ver também, por exemplo, KING, Joyce E. Mis-Education or the development of critical race consciousness: curriculum as heritage knowledge. In: BURAS, Kristen L. et al (org.). *Pedagogy, policy and privatized city; stories of dispossession and defiance from New Orleans*. New York, London, Teachers College Press, 2010. p. 126-130.

- O currículo enquanto conteúdos e práticas pedagógicas tem poder político, podendo estar direcionado para poucos ou para todos.
- Currículos são espaços negociados entre o público e o privado. Exemplo: **PARECER CNE/CEB Nº 15/2010** - Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista:
- *é necessário considerar que somos sujeitos da nossa própria época, porém, ao mesmo tempo, somos responsáveis pelos desdobramentos e efeitos das opções e orientações políticas, pedagógicas e literárias assumidas no contexto em que vivemos.*

- Os conselhos de educação, notadamente o CNE, assim como a gestão dos sistemas de ensino tem papel, no sentido de que desigualdades e discriminações deixem de ser cultivadas nos currículos.

- Tem de proporcionar, a professores e seus alunos, aprendizagens sobre a sociedade e sua diversidade. Nesse processo, a autoridade de ensinar e de aprender advém ora dos professores, ora dos alunos, conforme ensina Paulo Freire (1978, 2011)*. Assim sendo, a autoridade diante do conhecimento, nas práticas pedagógicas, ora está com os professores, ora com os estudantes.

*FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

A educação das relações étnico-raciais

- *A democracia real não propugna por igualdade assimilacionista, mas pelo respeito à diferença, não se contenta em dar direitos "iguais" aos que reconhece como diferentes, mas que cada qual reconheça, não como "privilégio", mas como devidos, os direitos correspondentes a sua situação.*

SAGRERA, Martín. Los racismos em América Latina; sus colonialismos externos y internos. Buenos Aires, Bastilla, 1974.

- Nos 10 anos da Lei 10639/2003, política curricular de igualdade racial
- cabe perguntar: Por que estudar história e cultura afro-brasileira e africana?
 - Para que todos os brasileiros, independentemente do seu pertencimento étnico-racial:
 - valorizem, respeitem e compreendam os pensamentos, as visões de mundo, a descendência africana dos negros, conheçam seus valores e lutas;
 - compreendam porque ser negro no Brasil é uma escolha política;
 - analisem a afirmação de que os negros se discriminam entre si e que também são racistas, “na perspectiva forjada pela ideologia do branqueamento que divulga a ideia e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior” (BRASIL, 2004a) e, por isso, teriam o direito de comandar e de dizer o que é bom para todos;

- tomem conhecimento de que o “racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam” (*Ibid.*);
- superem o equívoco de que a discussão e solução dos graves problemas acarretados por relações étnico-raciais distorcidas, discriminatórias é somente da responsabilidade dos negros, do Movimento Negro e de pessoas não negras que lutam por uma sociedade equânime;
- tornem-se sensíveis ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação, como: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando traços físicos, a textura de cabelos, agredindo religiões de raiz africana, demonstrando profundo desconhecimento das civilizações africanas de que os escravizados eram oriundos;

- eliminem comportamentos, manifestados na sua maioria por descendentes de europeus, brancos, que desqualificam as experiências, pensamentos, escolhas, decisões dos negros, negando-lhes valor e pretendendo a dar-lhes lições por julgarem que desconhecem a história (como se houvesse uma única história, ou uma única versão da história), que seriam incapazes de se libertar das opressões, de criticar as relações étnico-raciais que desumanizam, de com elas lidar, de superá-las.

- Para que **os negros**:
- fortaleçam sua cidadania, pertencimento étnico-racial, confiança nas suas capacidades, bem como sua responsabilidade de combater toda sorte de racismos e discriminações;
- aprofundem o conhecimento das raízes africanas e expressem, com segurança, suas africanidades;
- não sejam rejeitados em virtude da cor de sua pele, menosprezados diante da infelicidade de seus antepassados terem sido explorados como escravos;

- não sejam desencorajados a prosseguir estudos, estudar questões que dizem respeito à comunidade negra;
- não se vejam constrangidos à alienante experiência de fingir ser o que não são, para serem reconhecidos, respeitados;
- não se vejam obrigados a se deixar assimilar por visão de mundo que pretende impor-se como superior e, por isso, universal, o que os obriga a negarem a tradição do seu povo.



- Para que **os brancos**:
- assumam a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e de, juntamente com os negros e outros mantidos à margem pela sociedade, construir relações étnico-raciais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos;
- não esqueçam as atrocidades cometidas por seus antepassados contra os negros, não assumindo-as, é claro, como também culpa sua;
- reconheçam e valorizem aportes de africanidades no seu jeito de ser brasileiro.
-

- Diretrizes Curriculares são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implementem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário*

* Parecer CNE/CP 3/2004.